

Um objetivo ambicioso

ESTADO DE SÃO PAULO

20 MAR 1995

Ao fechar as contas públicas de 1994, o governo teve uma surpresa agradável: os resultados foram superiores aos imaginados. Se continuamos enfrentando um déficit nominal, conseguimos obter um superávit operacional (o déficit nominal do qual se deduzem as correções monetária e cambial), equivalente a 0,3% do PIB (contra um déficit de 1,2% em 1993), ficando o superávit primário (o operacional, do qual se subtraem os juros da dívida) em 4% do PIB (1,8% no ano anterior). Diante desses números, as autoridades monetárias decidiram tentar conseguir o mesmo resultado no presente exercício, conscientes embora de que se trata de um objetivo ambicioso.

A preocupação do governo é compreensível. Com efeito, se até algumas semanas atrás podia contar com a âncora cambial para

conter os preços, as crises mexicana e argentina mostraram a fragilidade de um esquema contra a inflação que depende apenas de uma taxa cambial que não se pode conter artificialmente. No cronograma do governo, a âncora cambial poderia funcionar até o final de 1995, para ser substituída em 1996 por outra mais segura: a fiscal. Desde que se verifique que a taxa cambial requer alguns ajustes, para se afastar qualquer preocupação quanto ao balanço de pagamentos e a aprovação da reforma fiscal possa ser implantada em 1996, cumpre ao Planalto optar por uma política de austeridade nas contas públicas, para afastar qualquer emissão monetária e reduzir o montante da dívida interna, que estimula a alta da taxa de juros. Há que considerar, porém, as dificuldades a enfrentar no quadro da política tributária atual.

Basta verificar que, nos dois primeiros meses, apesar de um aumento real de 38% das receitas, este não foi suficiente para compensar o agravamento das despesas, que chegaram a 45,6%, disso resultando um déficit, na execução financeira do Tesouro, de R\$ 1,775 bilhão, superior em 282,2% (em valor constante) ao registrado em 1994 no mesmo período.

Se há um déficit na administração central, a situação das empresas estatais e dos governos estaduais e municipais é ainda mais preocupante. Efetivamente, no ano passado essas entidades tiveram um déficit operacional de 0,6% e 0,3%, respectivamente, só compensado por

um resultado excepcional da administração central. A questão a saber é se nos próximos meses poderá ocorrer uma reversão da presente situação. A União terá de cortar drasticamente os seus gastos correntes, uma vez que as des-

pesas de capital já chegaram ao ponto de neutralizar qualquer corte. Nos dois primeiros meses, os gastos com pessoal representaram 55,3% da receita fiscal, contra 44,7% registrados no mesmo período de 1994. Os

cortes terão de atingir os investimentos das estatais, urgindo também apressar o processo de privatização, até agora moroso. O futuro do Plano Real, alicerçado na âncora cambial, depende, grandemente, desses resultados.

**O governo
tentará repetir a
façanha de 94:
obter um
superávit
operacional**